

FURTADO X PELÁEZ: UMA SISTEMATIZAÇÃO DO DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Nathalia Nascimento Gonzalez¹

Ivan Colangelo Salomão²

RESUMO

Artigo sistematiza a controvérsia historiográfica sobre as origens da industrialização brasileira a partir do debate seminal entre Celso Furtado e Carlos Peláez. Para tanto, expõe-se a interpretação do primeiro autor, vulgarmente conhecida como “teoria dos choques adversos”, a qual embasou a análise cepalina do fenômeno. A seguir, apresenta-se a tese de Peláez, cujos trabalhos acerca da industrialização brasileira reforçam o papel das exportações, especialmente antes de 1930, como desencadeador do processo. Ao fim, aponta-se para o desdobramento do debate original, encampado por diversos analistas a partir de meados dos anos 1970.

Palavras-chave: Brasil; Industrialização; Celso Furtado; Carlos Peláez.

FURTADO X PELÁEZ: A SYSTEMATIZATION OF THE HISTORIOGRAPHICAL DEBATE

ABSTRACT

This paper systematizes the historiographical controversy about the origins of the Brazilian industrialization from the seminal debate between Celso Furtado and Carlos Peláez. In order to achieve this goal, the interpretation of the first author, commonly known as the theory of "adverse shocks", is based on the ECLAC analysis of the phenomenon. Then, is presented the thesis of Peláez, whose work on Brazilian industrialization reinforces the role of exports, especially before 1930, as the trigger for the process. At the end, it is pointed to the unfolding of the original debate, carried out by several analysts since the mid-1970s.

Keywords: Brazil; Industrialization; Celso Furtado; Carlos Peláez.

JEL: N16

1 INTRODUÇÃO

O processo de industrialização da economia brasileira esteve no centro do debate entre analistas de diferentes áreas das ciências sociais a partir dos anos 1950. A interpretação mais conhecida a respeito das consequências industrializantes da defesa do setor cafeeiro é a elaborada por Celso Furtado, conhecida como “teoria dos choques adversos” por ressaltar o crescimento industrial nos períodos de crise

¹ Defensora pública, bacharel em Direito (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e em Economia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). E-mail: nathaliagonzales@gmail.com

² Doutor em Economia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS). Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE-UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS). E-mail: ivansalomao@gmail.com



do modelo agroexportador. Há, porém, análises que se contrapõem a essa tese, como a da industrialização induzida pelas exportações, originalmente desenvolvida por Carlos Manuel Peláez.

O objetivo do presente trabalho é sistematizar o debate historiográfico inicialmente travado por Furtado e Peláez. Quando da publicação de *Formação Econômica do Brasil*, em 1959, Celso Furtado deu uma das mais importantes contribuições para a compreensão da economia brasileira contemporânea. A principal, e mais controversa, tese dessa obra reside na análise sobre o início do processo de industrialização. Anos depois, Peláez destacou-se como um dos principais opositores à interpretação furtadiana ao publicar, em 1972, *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*, cujo objetivo era apresentar uma reinterpretação dos estágios iniciais da industrialização brasileira. O autor divergiu fundamentalmente de Furtado ao sustentar que o crescimento industrial no Brasil teve início antes de 1930, o qual teria se dado de modo equilibrado. Além disso, refutou a tese de que a recuperação da economia brasileira durante a Grande Depressão tenha sido possibilitada pelo mercado interno.

A controvérsia sobre as origens da industrialização no Brasil, que inicialmente dividiu-se entre “teoria dos choques adversos” *versus* industrializações induzida pelas exportações, ganhou diferentes contornos a partir dos anos 1970. Diversos foram os autores os quais se perfileram a um dos lados da contenda ao oferecerem mediações ao debate, tais como Warren Dean (1971), Albert Fishlow (1972), Flavio e Maria Teresa Versiani (1978), Anibal Villela e Wilson Suzigan (1973), Sérgio Silva (1976) e João Manuel Cardoso de Mello (1982).

Nos últimos anos, entretanto, a discussão sobre o processo de industrialização no Brasil restou adormecida e poucos trabalhos fizeram avançar o conhecimento sobre o tema³. Dada a lacuna observada, este artigo se propõe a resgatar e sistematizar o debate original. Para tanto, dividiu-se o trabalho em três partes, além desta breve introdução. A seguir, expõe-se a tese de Furtado. Na seção 3, apresentam-se os principais fundamentos da contra-argumentação de Peláez. Por fim, tecem-se as considerações finais.

³ Fonseca (2003) foi um dos autores que, ao qualificar a tese de Furtado (por ele corroborada), levantou indícios da intencionalidade da política industrializante do governo Vargas, questão refutada por Furtado em diversas passagens de suas obras.

2 CELSO FURTADO E A TEORIA DOS “CHOQUES ADVERSOS”

A origem da industrialização brasileira como resultado da política de defesa do café gerou um extenso debate na literatura na segunda metade do século XX. A interpretação clássica acerca desse processo é delegada a Celso Furtado. Nesse sentido, a obra mais célebre do autor, *Formação Econômica do Brasil*, pode ser considerada como o primeiro ensaio de periodização do desenvolvimento econômico do Brasil a partir de seus momentos de crise e de expansão cíclica (CONCEIÇÃO, 1989).

No capítulo 20 da referida obra – “Gestação da economia cafeeira” –, Furtado (2007) destaca que, do século XVIII até a metade do XIX, a característica dominante no país havia sido a estagnação ou a decadência. O autor observa que, no Brasil, país “sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional” (FURTADO, 2007, p. 165). Os principais produtos de exportação brasileiros à época, o açúcar e o algodão, encontravam um mercado cada vez menos promissor; o primeiro, em razão da produção em rápida expansão na Louisiana, nos Estados Unidos, e em Cuba; o segundo, graças à produção norte-americana, que, além de estar integrada aos interesses do mercado importador inglês, encontrava um mercado doméstico em crescimento acelerado. O Brasil necessitava, portanto, identificar um produto de exportação que utilizasse a terra em sua produção, uma vez que esse era o fator de produção abundante no país.

Nesse cenário, por volta da metade do século XIX, o café despontou como o produto ideal a ser produzido no país, assumindo importância comercial a partir de meados dos anos 1820, quando passou a ocupar posição entre os principais bens de exportação. A partir da década de 1890, porém, já se faziam claros indícios do principal óbice que levaria o setor cafeeiro à crise perene: a superprodução. Conquanto os diversos planos de defesa do café tenham funcionado com relativa eficiência por quase três décadas, a Grande Depressão dos anos 1930 tornou a situação insustentável, fazendo com que da derrocada da lavoura surgissem, dialeticamente, as origens do setor que a suplantaria: a indústria.

2.1 Defesa do café e o deslocamento do centro dinâmico

A Grande Depressão (1929-1933) foi o período histórico de maior redução do nível de atividade em praticamente todos os países, com exceção da União Soviética. No Brasil, principal produtor mundial de café, as consequências da crise foram graves, uma vez que o capital obtido da cafeicultura era reinvestido na produção de mais café, dando origem ao problema de superprodução anteriormente descrito. Tem-se, portanto, que a demanda pelo produto havia chegado ao seu limite, enquanto a produção brasileira de café seguia aumentando.

As políticas de defesa do café lograram êxito em reduzir as perdas de receitas dos cafeicultores até os anos 1930. No entanto, desde o Convênio de Taubaté, em 1906, ficou evidente que o mecanismo cambial – depreciação da moeda nacional nos momentos de queda dos preços de exportação – tinha seus limites, de maneira que os métodos de defesa do café precisaram ser aprimorados. A compra dos excedentes de produção buscou preservar a renda dos cafeicultores e impedir uma queda ainda maior dos preços por meio da redução da oferta exportável. Todavia, para ser eficiente, a política de valorização do café deveria ter desenvolvido mecanismos que impedissem o aumento contínuo da produção, o que não ocorreu, uma vez que a defesa do nível de preços, além de incentivar a produção interna, também constituiu um extraordinário estímulo para os concorrentes externos (DELFIM NETTO, 2009).

Até 1930, o produto, a renda e o emprego eram definidos fundamentalmente pelo nível das exportações; dessa forma, acreditava-se que o mercado interno não era capaz de sustentar seu crescimento de forma autônoma. Após 1929, entretanto, diferentes fatores inviabilizaram a continuidade da política de defesa do café: por um lado, houve uma sequência de safras elevadas, o que acarretou o aumento dos estoques, bem como a necessidade de financiá-los; por outro, a crise mundial decorrente da quebra da Bolsa de Nova Iorque causou um grande impacto no mercado, inviabilizando a obtenção de empréstimos externos (GREMAUD *et al.*, 1997).

Não obstante, a produção de café seguia crescendo, tendo atingido sua produção máxima em 1933, no ponto mais baixo da Grande Depressão, consequência das numerosas plantações de 1927-28. Diante da crise mundial, não era mais possível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos

estoques – política de defesa do café praticada até então –, uma vez que o mercado internacional de capitais estava em profunda depressão e que as reservas metálicas do Brasil – acumuladas à custa de empréstimos externos – haviam sido esgotadas pela fuga de capitais do país. Considerando a situação apresentada, restava decidir o que fazer com os cafezais.

Furtado (2007) afirma que, à primeira vista, a solução mais racional seria abandoná-los no pé; no entanto, sendo colhido ou não o café, existiria uma perda. A burguesia cafeeira já havia conseguido, através de diversos mecanismos na economia, “socializar” as perdas decorrentes das quedas cíclicas anteriores⁴. A defesa do café pela taxa cambial, contudo, não era mais possível, pelas razões acima explicitadas. Dessa forma, a solução encontrada foi a retenção dos estoques invendáveis de café brasileiro, a fim de evitar a pressão que estes exerciam sobre o mercado, reduzindo ainda mais os preços. A aquisição desses estoques, entretanto, não seria mais feita à custa de empréstimos internacionais, mas financiada por expansão de crédito.

O governo federal assumiu novamente a política de defesa do café comprando o excedente de café produzido. Apenas retirar o café do mercado, no entanto, não era suficiente, uma vez que, pelo menos por um período considerável de tempo, não havia possibilidade de que o excedente fosse vendido. Ademais, não havia previsão de queda na produção, o que tornou a queima dos excedentes das colheitas a opção mais viável, embora parecesse, à primeira vista, absurda. Furtado aponta que, para que o produtor fosse induzido a não colher, o preço do café teria que baixar muito mais, o que o Brasil tentava a todo custo evitar. A partir da destruição dos estoques excedentes, foi possível obter o equilíbrio entre a oferta e a demanda em um nível mais elevado de preços (FURTADO, 2007).

Fonseca (2009) adverte que, além da superprodução do café, havia a queda violenta da demanda em termos de preços e de quantidades, o que agravava o déficit do balanço de pagamentos, e a dificuldade de acesso a capitais e empréstimos externos para financiar o déficit em conta-corrente. A solução

4 Fonseca (2009, p. 878) observa que as intervenções do governo eram financiadas por empréstimos obtidos no exterior, o que agravava o estoque da dívida externa e que, “via aumento da oferta de moeda, representava maior inflação interna, transferindo ao conjunto da sociedade pelo menos parte do custo do ajuste”. O autor sustenta que essa “socialização dos prejuízos” é uma das marcas da análise de Furtado e um dos recursos retóricos mais fortes utilizados por este para expressar o caráter perverso do modelo agroexportador.

encontrada foi a expansão da oferta monetária, especialmente devido à contração da arrecadação de impostos – consequência da crise –, bem como a tradicional desvalorização cambial. As medidas mencionadas tiveram como resultado a alteração dos preços relativos em favor da produção doméstica e, ao tornarem os as importações mais caras, fomentaram um mercado interno à indústria nacional, “criando condições propícias ao crescimento industrial com base na substituição de importações” (FONSECA, 2009, p. 878).

Antes da crise, a acumulação de estoques de café era feita a partir da contração de dívidas no exterior. Dessa forma, não existia nenhuma inversão líquida, uma vez que o que se invertia no país, sob o acúmulo de estoque, retornava ao exterior com a tomada de empréstimos. Furtado (2007) compara a acumulação de café financiada no exterior com uma exportação, pois seria como se o café estocado no Brasil tivesse sido comprado por firmas estrangeiras que, por qualquer motivo, teriam decidido adiar o transporte da mercadoria para fora do país. Contudo, a situação era diferente quando a acumulação de estoques era financiada de dentro do país, a partir de uma expansão de crédito. O autor esclarece que a aquisição de café para ser acumulado representava uma criação de renda que era adicionada à renda gerada pelos gastos dos consumidores e dos investidores. Dessa forma, quando foram injetados 1 bilhão de cruzeiros na economia, em 1931, para a compra de café e sua posterior destruição, estava-se gerando um poder de compra que, em parte, compensaria a contração dos gastos dos inversionistas, que haviam sido reduzidos em 2 milhões de cruzeiros. O autor argumenta que, com essa prática, evitava-se uma queda mais brusca da procura naqueles setores que dependiam indiretamente da renda gerada pelas exportações.

Furtado (2007) sustenta que a principal diferença entre a inversão líquida e a acumulação de estoques invendáveis era que, enquanto a primeira criava capacidade produtiva, a segunda não o fazia. Contudo, afirma que esse aspecto do problema tem importância secundária em épocas de depressão, que se caracterizam pela “subocupação da capacidade produtiva já existente” (p. 273). Por esse motivo, Furtado defende que, nessas fases, é muito mais importante criar procura efetiva, a fim de impulsionar a utilização da capacidade produtiva ociosa, do que aumentar essa capacidade produtiva.

Verifica-se que a política de defesa do setor cafeeira permitiu a manutenção da procura efetiva e do nível de emprego em outros setores da economia. O autor alega que, durante os anos da Grande Depressão, as divisas obtidas com as exportações não eram suficientes para sequer cobrir as importações induzidas pela renda gerada direta e indiretamente por aquelas mesmas exportações, tendo em vista que “as partidas rígidas da balança de pagamentos constituíam, agora, com baixa de preços, uma carga muito maior, e a fuga de capitais agravava a situação cambial” (FURTADO, 2007).

Tem-se que a política de fomento de renda – produto da defesa dos interesses cafeeiros – era responsável por um desequilíbrio externo cuja tendência era aprofundar-se; a correção desse desequilíbrio era feita à custa de forte redução do poder aquisitivo externo da moeda, que implicava o aumento dos preços de produtos importados. Furtado (2007) explica que um dado coeficiente de importações refletiria uma determinada situação de equilíbrio entre preços internos e externos. No entanto, com a brusca queda do poder aquisitivo externo da moeda, o nível dos preços externos teria que se elevar relativamente ao dos preços internos, o que acarretaria a redução do coeficiente de importações. O autor esclarece que a renda que deveria ser gasta no exterior em importações e que ficava retida dentro do Brasil pelo mecanismo corretor da baixa do coeficiente de importações pressionava os produtores internos. Dessa forma, durante os anos 1930, dois fatores contribuíam para a redução da procura pelas exportações: a contração das rendas monetária e real e o aumento dos preços relativos das mercadorias importadas.

Furtado (2007) afirma que, nessas circunstâncias, percebe-se a importância crescente que a procura interna vai adquirindo como elemento dinâmico da economia durante os anos da Grande Depressão. O autor observa que “ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador” (FURTADO, 2007, p. 277). Como consequência, o autor observa que se criou uma situação praticamente nova na economia brasileira, qual seja, a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. A situação de crise enfrentada pelo setor cafeeiro afugentava capitais, que

em parte foram absorvidos pela própria agricultura de exportação, como é o caso do algodão⁵.

2.2 Industrialização e mercado interno

Para Furtado (2007), não restam dúvidas de que, nos anos seguintes à crise, o fator dinâmico principal da economia brasileira passou a ser o mercado interno. O autor corrobora essa afirmação a partir de dados da produção industrial nacional – destinada totalmente ao mercado doméstico –, que, durante a Grande Depressão, sofreu uma queda de menos de dez por cento, recuperando, em 1933, o nível de 1929.

Furtado (2007, p. 278) aduz ser evidente que “mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade”. Esse aumento da taxa de rentabilidade ocorreu simultaneamente com a redução dos lucros no setor ligado ao mercado externo, o que, para o autor, explica a preocupação em desviar capitais de um setor para o outro. Além do impulso originado pelos maiores lucros, as atividades ligadas ao mercado interno também puderam crescer graças ao estímulo gerado pelo desvio de capitais do setor de exportação.

O autor alega que, embora não fosse possível para o setor ligado ao mercado interno ampliar sua capacidade produtiva, especialmente no campo industrial, em razão do aumento dos preços das importações causado pela depreciação da moeda, a primeira parte da expansão da produção provavelmente deveria ter sido feita a partir do aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. O autor utiliza como exemplo a indústria têxtil, cuja produção foi elevada substancialmente nos anos posteriores à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sofrido aumento⁶. Furtado (2007) observa que esse aproveitamento mais intenso da

5 Peláez (1972) critica a tese de Furtado, segundo a qual a industrialização foi decorrente da transferência dos recursos líquidos e reais do setor de exportação cafeeiro para as atividades industriais, alegando ser legítimo concluir que houve uma transferência de recursos reais, como terra, mão de obra e capital, do cultivo do café para o do algodão. No entanto, é importante observar que o próprio Furtado reconhece que parte do capital do setor cafeeiro foi transferido para a produção de algodão.

6 Importante destacar que Furtado faz menção à indústria já instalada no país, uma vez que o autor foi alvo de críticas por, supostamente, não fornecer maiores explicações acerca das origens da

capacidade já instalada permitia uma maior rentabilidade para o capital aplicado, gerando os recursos necessários, dentro da própria indústria, para sua posterior expansão. O autor também destaca a possibilidade que se apresentou de adquirir, no exterior, equipamentos de segunda mão, e afirma que algumas das indústrias de maior expressividade instaladas no Brasil durante a Grande Depressão puderam estabelecer-se graças a esses equipamentos baratos importados de fábricas que, atingidas pela crise industrial em seus países de origem, viram-se obrigadas a encerrar suas atividades.

O autor aponta que o crescimento da procura por bens de capital, consequência da expansão da produção para o mercado doméstico, e a forte alta dos preços de importação desses bens criaram condições propícias à instalação de uma indústria de bens de capital no Brasil. Furtado (2007) afirma que esse tipo de indústria encontra sérias dificuldades para se instalar em uma economia dependente, uma vez que, nos países de economia desse tipo, a procura de bens de capital coincide com a expansão das exportações – fator principal do aumento de renda – e, conseqüentemente, com a euforia cambial. Pelo tamanho do mercado, os países subdesenvolvidos apresentam maiores desvantagens relativas justamente nesse tipo de indústria. O autor sustenta que “somando-se essas desvantagens relativas às facilidades de importações que prevalecem nas etapas em que aumenta a procura de bens de capital, tem-se um quadro do reduzido estímulo que existe para instalar as referidas indústrias nos países de economia dependente” (FURTADO, 2007, p. 279).

industrialização no Brasil. Szmrecsányi (2001) cita como exemplo um artigo do final da década de 1970 em que José de Souza Martins diz-se surpreendido pela ausência de um capítulo ou seção sobre as origens da indústria no Brasil e, especialmente, acerca das relações da indústria nascente com a economia de outros produtos primários de exportação. Saes (1989) também afirma que Furtado não faz referência às origens da indústria no Brasil, interessando-se pelo setor manufatureiro somente quando se processa o deslocamento do centro dinâmico da economia nos anos 1930. Szmrecsányi (2001) refuta os argumentos dos referidos autores alegando que, em uma das últimas páginas de *Formação Econômica do Brasil*, Furtado (2007) afirma que o processo de industrialização iniciou-se no Brasil simultaneamente em todas as regiões. Após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas instalaram-se no Nordeste e, ainda em 1910, o número de operários têxteis nordestinos assemelhava-se ao número de trabalhadores têxteis em São Paulo. Furtado observa que, uma vez superada a fase de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a se concentrar em São Paulo, tendo a etapa decisiva de concentração ocorrido, aparentemente, durante a Primeira Guerra Mundial, época em que se deu a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial. Szmrecsányi (2001) também analisa trabalhos anteriores e posteriores a *Formação Econômica do Brasil* para desmentir o presumido desinteresse de Furtado pelas origens da industrialização brasileira.

Entretanto, a situação do Brasil foi atípica, uma vez que a procura por bens de capital cresceu exatamente numa etapa em que as possibilidades de importação eram as mais precárias possíveis. Furtado (2007) sustenta que a produção de bens de capital no Brasil – medida pela produção de ferro, aço e cimento – pouco sofreu com a crise, retomando o crescimento em 1931⁷. O autor alega que, em 1932, ano mais baixo da Grande Depressão no Brasil, a produção de bens de capital já havia aumentado 60% em relação a 1929; no mesmo período, as importações de bens de capital caíram a pouco mais da quinta parte. Furtado afirma ser de enorme importância o fato de que, em 1935, as inversões líquidas – medidas a preços constantes – tenham ultrapassado o nível de 1929, quando as importações de bens de capital apenas haviam atingido cinquenta por cento do nível deste último ano. Para o autor, em vista disso, é evidente que a economia “não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindos de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e à expansão de sua capacidade produtiva” (FURTADO, 2007, p. 280).

Celso Furtado observa que a capacidade para importar não se recuperou nos anos 1930; em 1937, ela ainda estava consideravelmente abaixo do nível de 1929. A renda gerada pelas exportações havia decrescido em termos reais; embora a quantidade de exportações tivesse aumentado, o poder aquisitivo da unidade de exportação em relação à unidade de importação havia caído pela metade, o que demonstra que a renda originada pelas exportações era muito inferior. O autor utiliza esses dados para concluir que, se a economia brasileira tivesse reagido de forma passiva aos estímulos externos, a crise enfrentada não só teria sido mais profunda, como também não teria sido possível a recuperação da economia ainda na década de 1930.

Não obstante, a recuperação veio rápida, e, segundo Furtado (2007), foi liderada pelo setor industrial e comparativamente forte se cotejada a outros países. Entre 1929 e 1937, a produção industrial aumentou em cerca de cinquenta por cento, já a produção primária para o mercado doméstico cresceu mais de quarenta

7 Peláez (1972) alega que, segundo o argumento de Furtado, a indústria de cimento foi estabelecida na década de 1930 como resultado da transferência direta de capital do setor cafeeiro. Contudo, a partir desse trecho, depreende-se que Furtado admitia a existência da indústria de cimento antes de 1930. Essa crítica de Peláez foi refutada posteriormente por Versiani (1974).

por cento no mesmo período. Portanto, apesar da Grande Depressão, a renda nacional aumentou vinte por cento entre 1929 e 1937, o que representa um acréscimo *per capita* de sete por cento, o que o autor sustenta não ser desprezível, considerando que, no mesmo período, a renda per capita decresceu sensivelmente nos Estados Unidos. Os países com estrutura econômica semelhante à brasileira, os quais seguiram uma política muito mais ortodoxa durante a crise – e, conseqüentemente, mais dependentes do impulso externo para se recuperar –, chegaram ao ano de 1937 com suas economias ainda em estado de depressão (FURTADO, 2007).

O autor constata que o fenômeno ocorrido na economia brasileira nos anos 1930 foi extremamente significativo, uma vez que, em economias especializadas na exportação de matérias-primas, a redução do impulso externo implica a contração da renda monetária e, conseqüentemente, o desemprego ou a subutilização da capacidade no setor ligar ao mercado interno. No Brasil, contudo, foi possível subverter a ação dos mecanismos acima referidos. Dessa forma, ao se indagar como a procura interna não entrou em colapso com a contração da procura externa, Furtado (2007, p. 282) conclui: “esses resultados, de grande significação para o futuro imediato da economia brasileira, são um reflexo das dimensões catastróficas da crise do café e da amplitude com que foram defendidos, conscientemente ou não, os interesses da economia cafeeira”.

Com efeito, a política de defesa do café permitiu que a produção cafeeira seguisse expandindo-se após a crise, mantendo a renda monetária do setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento repentino das importações, fruto da depreciação cambial, à existência de capacidade ociosa em algumas indústrias já existentes no mercado interno, bem como de um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, justifica a rápida ascensão da produção industrial, que se torna o fator dinâmico principal no processo de criação de renda. Em outras palavras, a manutenção da renda monetária em um nível relativamente elevado, ao passo que a capacidade para importar era bruscamente reduzida, fez com que os preços relativos dos artigos importados subissem significativamente, de forma a restabelecer o equilíbrio entre a procura e a oferta de divisas para pagar as importações. Foi estabelecido um novo nível de preços relativos para os produtos

importados e os produzidos internamente e, com base nesse novo nível, desenvolveram-se as indústrias substituidoras de importações.

3 CARLOS PELÁEZ E A INDUSTRIALIZAÇÃO INDUZIDA PELAS EXPORTAÇÕES

Carlos Manuel Peláez dedicou-se à organização de informações empíricas com o objetivo de elaborar uma crítica à teoria desenvolvida por Celso Furtado e pelos membros da CEPAL, a qual denominou de “teoria dos choques adversos”. Seus principais argumentos eram o de que a política de defesa do café não havia sido feita pela expansão de crédito – e sim por meio de um empréstimo externo e, posteriormente, de impostos sobre a venda do café – e de que a recuperação da economia brasileira, na década de 1930, não se deveu ao mercado interno, mas ao setor externo (SAES, 1989).

Em *A balança comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira*, artigo de 1968, Peláez sintetiza a tese de Celso Furtado em dois argumentos: o da recuperação e o da transferência. O primeiro refere-se à recuperação econômica do Brasil após a Grande Depressão, graças à compra dos excedentes de café, posteriormente incinerados, através de uma expansão do crédito. Essa política de proteção do café, para Furtado, constituiu um autêntico programa de expansão da renda nacional, sendo possível afirmar que a recuperação da economia brasileira, ocorrida de 1935 em diante, não decorreu de fatores externos.

O segundo argumento – da transferência – sugere que a política de manutenção dos preços do café ampliou a demanda agregada em todos os setores, pois a restrição das importações adotada a partir da Grande Depressão manteve os preços dos artigos industriais num nível relativamente alto, fazendo com que a lucratividade dos investimentos no setor urbano aumentasse em comparação ao agrícola. Dessa forma, a maior rentabilidade relativa dos investimentos industriais transferiu os recursos reais do setor agrícola para o urbano. Logo, a manutenção da demanda agregada criou o mercado para a indústria nacional, ao mesmo tempo em que a transferência de recursos lhe forneceu capital para tanto (PELÁEZ, 1968). Os dois argumentos de Furtado seriam detalhadamente analisados – e refutados – quatro anos depois.

Em 1972, Peláez publicou *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*, com o objetivo de apresentar uma reinterpretação dos estágios iniciais da industrialização brasileira a partir das questões fundamentais que surgem da tese estruturalista, por ele definidas como: a) a especificação da fonte real de fluxos financeiros para o programa de sustentação do café; b) a verdadeira formulação da política fiscal governamental na década de 1930; c) a reconstrução dos efeitos sobre o emprego das políticas comerciais brasileiras adotadas na Grande Depressão; d) a argumentação estruturalista sobre a manutenção da renda monetária do setor cafeeiro; e) a mensuração da formação de capital no Brasil, a fim de verificar se houve ou não plena recuperação da economia brasileira durante a década de 1930; f) a reconstrução dos aspectos microeconômicos cruciais da sustentação do café; g) a mensuração das transferências de recursos para outros setores; h) o impacto potencial do reajustamento econômico sobre os níveis de renda e transferência de recursos; e, por fim, i) a reconstrução dos fatores mais importantes do desenvolvimento das indústrias básicas do Brasil (PELÁEZ, 1972).

Após expor a tese de Furtado, Peláez (1972) aponta as distorções nos fatos contidas na análise elaborada em *Formação Econômica do Brasil*. Primeiramente, o autor defende que o programa de sustentação do café não foi financiado por emissões de moeda, como afirmou Furtado, mas por novos impostos. Além disso, argumenta que, embora as autoridades tenham concedido créditos ao plano de sustentação do café, esses créditos foram apenas uma pequena parcela do financiamento do programa.

3.1 A defesa do setor cafeeiro

Quando eclodiu a crise, em outubro de 1929, as reservas cambiais brasileiras rapidamente esvaíram-se, e o Estado de São Paulo viu-se em uma delicada posição, uma vez que a situação dos bancos e as condições financeiras dos cafeicultores eram críticas. A emissão de moeda para a compra dos estoques cafeeiros, entretanto, foi firmemente rejeitada pelo então presidente do Brasil, Washington Luís. O programa de sustentação do café foi abandonado e a principal preocupação do governo passou a ser a estabilização monetária e cambial. O Estado de São Paulo recorreu, então, à Schroeder & Co. para a elaboração de um plano que pudesse tirar o setor cafeeiro da crise, que consistiu no Empréstimo para a Conversão do Café,

assinado em 30 de abril de 1930, pelo qual o Estado de São Paulo contraiu uma dívida de 20 milhões de libras esterlinas com os seguintes bancos: Schroeder & Co., Baring Bros., Rothschilds Sons e Speyer & Co. Não obstante, o empréstimo foi mal administrado e a opinião generalizada no Brasil à época era de que o serviço do mútuo onerava demasiadamente a situação econômica do país. Uma das últimas medidas do governo constitucional para tentar melhorar a situação cafeeira foi a elaboração de uma lei que proibia a venda e a exportação de café brasileiro de qualidade inferior.

Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas, líder civil do movimento, assumiu o governo provisório. Em 11 de fevereiro do ano seguinte, foram legisladas as novas políticas cafeeiras aprovadas na reunião de dezembro de 1930 para solucionar a crise no setor, as quais incluíam a aquisição de todos os estoques de café existentes no Brasil a 30 de junho de 1931 – exceto os destinados ao Empréstimo para a Conversão do Café, de propriedade do Estado de São Paulo –, o estabelecimento do imposto em espécie de 20% para todo o café exportado do Brasil e a instituição do imposto proibitivo por cada novo cafeeiro plantado, a fim de reduzir a futura produção brasileira aos níveis do consumo mundial (PELÁEZ, 1972).

Contudo, o imposto estabelecido em fevereiro ainda não havia entrado em vigor quando o setor cafeeiro enfrentou sua crise mais séria, a partir de 1931. Após a declaração de emergência pelo Estado de São Paulo, os estados produtores de café reuniram-se e, em 24 de abril de 1931, assinaram um convênio, cuja cláusula principal foi o estabelecimento de um imposto de dez xelins, pago em moeda estrangeira, que deveria incidir sobre cada saca de café exportada do Brasil. O tributo seria arrecadado por quatro anos e destinar-se-ia à compra de estoques cafeeiros, com o fim de igualar a demanda à oferta do mercado de café. Peláez (1972) destaca que, provavelmente, o aspecto mais importante do referido convênio tenha sido o estabelecimento, por quatro anos, de um Conselho dos Estados Cafeeiros, ao qual caberia a arrecadação dos impostos e a destruição do café. O convênio foi elevado à categoria de lei estatal por São Paulo em 27 de abril de 1931, dando início ao que o autor denominou de “o maior programa de sustentação do café na história brasileira” (PELÁEZ, 1972, p. 43).

Tendo em vista que o problema da superprodução era um fator decisivo nas atividades econômicas do Brasil, a transferência da responsabilidade para o governo

federal era desejável para a implantação das políticas cafeeiras. Nesse contexto, em 16 maio de 1931, criou-se o Conselho Nacional do Café (CNC), que dirigiria o programa federal de sustentação do café e administraria a taxa de dez xelins por saca estabelecida pelo Conselho dos Estados Cafeeiros em abril do mesmo ano. No entanto, o convênio definitivo dos Estados produtores, assinado em 5 de dezembro de 1931, trouxe importantes mudanças no programa de sustentação do café, como o aumento da taxa de exportação para quinze xelins, o comprometimento do CNC a efetuar o pagamento final dos estoques adquiridos para o governo federal – conforme definido em fevereiro daquele ano – e o início imediato da queima de um milhão de sacas de café por mês pelo CNC. Peláez observa que, com o tempo, a importância do CNC na orientação política aumentou sensivelmente, passando de instrumento dos Estados cafeeiros a formulador de diretrizes para o governo federal.

Durante o governo Vargas, a sustentação federal do café esteve estreitamente vinculada ao Banco do Brasil. No final do ano de 1931, o CNC carecia de aproximadamente 700 mil contos para a implantação de suas políticas. Diante dessa situação, o governo federal autorizou a elevação do fundo de operações da Carteira de Emissão e Redesconto do Banco do Brasil para 400 mil contos. Com base na garantia do imposto de dez xelins, os títulos do CNC seriam aceitos para desconto nesse fundo, tendo o Conselho Nacional do Café passado a depositar a arrecadação da taxa de exportação nas agências do Banco do Brasil. O CNC também contou com o auxílio do Tesouro Nacional, que lhe concedeu 250 mil contos (PELÁEZ, 1972).

Peláez (1972) atesta que os novos impostos de exportação foram a fonte de recursos para a sustentação do café, tendo sido utilizados para a compra e para a destruição dos estoques do produto. O autor sustenta que o crescimento das despesas, financiado pelos novos tributos, não corresponde à política fiscal keynesiana; ademais, critica o argumento utilizado por Furtado acerca do financiamento do programa de sustentação do café por geração de moeda, uma vez que os créditos do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional não poderiam ser considerados, *stricto sensu*, emissão de moeda, pois foram pagos com as receitas mensais provenientes das exportações.

Mais adiante, Peláez (1972) acaba por se contradizer ao afirmar que os créditos do Tesouro Nacional podem ser considerados formalmente como criação de

moeda, uma vez que não existia pressão para o repagamento. Contudo, o mesmo não poderia ser dito em relação aos créditos do Banco do Brasil, já que este não era a autoridade monetária, embora fosse o banqueiro oficial. Segundo o autor, os créditos destinados ao programa de sustentação do café correspondiam a créditos recusados a outros clientes do banco; no entanto, ainda que se pudesse afirmar a existência de uma política fiscal compensatória devido aos créditos concedidos pelo Banco do Brasil, esta não seria resultado da injeção de moeda sugerida por Keynes e alegada por Furtado. O analista aduz que, embora seja possível admitir, dentro de hipóteses estritamente keynesianas, que os créditos tenham facilitado a recuperação, esta não pode ser explicada por meio de um simples modelo keynesiano de sustentação do setor cafeeiro, ressaltando a dificuldade de mensuração da magnitude do impacto dos créditos na recuperação e refutando a tese de Furtado para o princípio da década de 1930.

Em 10 de fevereiro de 1933, o CNC foi substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), que absorveu a maior parte das atribuições do extinto CNC. No entanto, o DNC representou a perda do controle dos Estados em prol do interesse nacional; restava consolidada, assim, a federalização das políticas cafeeiras. Peláez (1972) afirma que, baseado no imposto em espécie de 20% sobre o café exportado instituído pelo Convênio de Taubaté, o Governo Vargas partiu gradativamente para um imposto em espécie, que se tornou a principal fonte de recursos de auxílio ao setor cafeeiro.

O autor discorre sobre tal imposto alegando que, apesar de o seu impacto sobre a distribuição de recursos e condições comerciais ser semelhante ao exercido por um imposto monetário, suas implicações monetárias são diversas, especialmente em relação à recuperação e à transferência de fundos líquidos. Peláez (1972) assinala que, quando a sustentação do café se baseia fundamentalmente num imposto em espécie, nenhuma renda direta é originada do setor não-cafeeiro para o cafeeiro. Entretanto, considerando que os preços do café aumentam ou são mantidos acima dos níveis em que seriam fixados numa conjuntura de livre mercado, configura-se uma redistribuição de rendas, dentro da economia, em favor do setor cafeeiro, o que não foi analisado por Furtado, segundo o autor.

Outro argumento utilizado por Peláez (1972) para refutar a tese estruturalista foi a análise dos discursos do Ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, e de Getúlio Vargas no decorrer de 1934. O autor assinala que a política adotada pelo ministro da Fazenda consistiu justamente em evitar a emissão de moeda para sustentar o café, pois a principal preocupação de sua administração era o pagamento da dívida externa e a recomposição do crédito brasileiro no exterior, e acrescenta que a emissão de moeda também foi rejeitada por Getúlio Vargas, a quem Furtado atribui essas políticas.

Peláez (1972) também defende que a crise do café não foi fruto de nenhuma fraqueza inerente à economia de mercado, mas de uma distorção desta, asseverando que a superprodução de café no período foi ocasionada pelo impacto acumulado das valorizações e pelos contínuos programas de defesa do café. As abundantes safras do início da década de 1930 foram o resultado dos plantios realizados no fim dos anos 1920, diante dos preços artificialmente elevados e dos incentivos em dinheiro.

No período da Grande Depressão, a economia brasileira era essencialmente exportadora, o que indicava que a crise propagar-se-ia rapidamente dos países industrializados para o Brasil. Entre 1928 e 1940, os termos de troca do Brasil caíram 65% e os preços internacionais do café reduziram-se 66%. No entanto, os preços seguiram em queda mesmo após a recuperação dos níveis de renda dos Estados Unidos, a partir de 1933, e as cotações mundiais do café eram inferiores às do primeiro período de crise de 1908, o que, para Peláez, é uma clara evidência de que o comportamento dos preços do café não pode ser atribuído exclusivamente às repercussões internacionais da Grande Depressão.

A queda brusca dos preços, para Peláez (1972), pode ser explicada pelas políticas cafeeiras. A safra de 1926-27 foi o primeiro indicativo ao mercado de que a capacidade de produção superaria as possibilidades de exportação; o alerta, no entanto, foi distorcido pela opulência de recursos do Instituto Paulista de Café e pela convicção de que o plano de defesa garantiria que qualquer volume produzido no Brasil alcançaria um preço desejado. Enquanto isso, os estoques mundiais totais seguiam aumentando e os altos rendimentos obtidos com o café brasileiro incentivavam ainda mais as plantações – não só no Brasil, mas também no exterior –, agravando a situação. Quatro safras extraordinárias foram a consequência da

institucionalização da política de sustentação do café, cuja produção só conseguiu ajustar-se por volta de 1936-37.

Durante o período de intervenção, observou-se o crescimento da concorrência mundial no setor cafeeiro. O autor destaca que um dos fatores mais significativos dessa competição foi o incentivo dos custos mínimos de produção em países de mão de obra barata, que produziam café de boa qualidade em pequenas lavouras, como, por exemplo, as colônias africanas, que também contavam com um tratamento tarifário preferencial nas “nações-mães” de consumo. Na América Latina, a Venezuela e a Colômbia também despontaram como relevantes produtoras de café.

Peláez (1972) acrescenta que, ao longo da história, a vantagem da produção variou de um país para o outro, sendo que a situação de quase-monopólio brasileiro fez com que outros países se lançassem na produção de café, atingindo bons resultados com fazendas menores e produtos de alta qualidade. Não demorou para que o Brasil percebesse a situação e mudasse as dimensões dos cafezais; o autor ressalta que, no decorrer da década de 1930, o número de plantações de café aumentou, porém, o crescimento correspondeu a culturas de menos de 10 mil pés, tendo ocorrido a redução do número de grandes fazendas. O autor observa que, se o esquema de sustentação de preços não tivesse sido implementado, o ajuste teria ocorrido antes. Durante a Grande Depressão, o produtor de café brasileiro deparou-se com condições diferentes das que prevaleceram durante as valorizações e a defesa permanente, pois o elevado imposto em espécie, a realidade da falência, o agravamento da crise mundial e o constante declínio dos preços impuseram a necessidade de aprimoramento dos métodos de produção.

As dificuldades oriundas do programa de sustentação do café fizeram com que uma parcela cada vez maior da sociedade passasse a defender mudanças radicais no plano, como a substituição da política de incineração por uma política de exportação, a qual logo ficou conhecida como política de concorrência. Em 13 de novembro de 1937, o governo brasileiro fez a mudança mais drástica do programa de sustentação do café desde o Convênio de Taubaté, tendo como objetivo a sua gradativa abolição. A nova política cafeeira pretendia reduzir os preços internacionais, permitindo a entrada de sua produção no mercado livre de impostos e de outros ônus, aumentar as exportações físicas, limitando a destruição aos cafés

de segunda qualidade e exportando o restante livremente. Peláez (1972) compara a nova política cafeeira com a solução dos mercados livres de café proposta pelo ministro da Fazenda Joaquim Murinho no fim do século XIX⁸; contudo, o autor pondera que, na década de 1930, essa solução havia se tornado mais difícil devido aos efeitos acumulados de trinta anos de intervenção.

3.2 Defesa da renda do café e industrialização: crítica à interpretação cepalina

Uma vez apontadas as distorções dos fatos na tese de Furtado, Peláez (1972) propõe-se a evidenciar as fraquezas da teoria e a apresentar explicações alternativas para o comportamento do setor cafeeiro e da indústria brasileira durante o período da Grande Depressão. O autor inicia expondo as fragilidades do argumento da recuperação sistematizada em *Formação Econômica do Brasil*.

Inicialmente, Peláez (1972) rebate a alegação de Furtado de que a renda teria se mantido em níveis elevados durante a crise da década de 1930 no Brasil, em comparação com outros países, graças à política de defesa do setor cafeeiro, que teria sido um autêntico programa de fortalecimento da renda nacional. O autor sustenta que a medida verdadeiramente significativa para essa hipótese é a renda monetária do setor cafeeiro e que os recursos reais, aplicados na produção do café, não foram facilmente transferíveis para a indústria de importação concorrente, atacando o argumento da recuperação e da transferência de Furtado, que dão ênfase a elevados níveis de capital líquido para aplicação na indústria doméstica.

Peláez (1972) apresenta dados das contas do setor cafeeiro de 1928-39, tais como: a conta de exportações, conta de vendas internas de café, conta de aumento de fundos líquidos – decorrentes do reajustamento –, conta de crédito do Banco do Brasil, conta do programa de sustentação do café, receita bruta do café, impostos federais, impostos estaduais e renda disponível do café. O autor observa que a renda monetária permaneceu estagnada durante a Grande Depressão e que o único aspecto correto na tese de Furtado seria alegar que as rendas do café foram preservadas em níveis mais altos do que teriam alcançado caso não houvesse um programa de sustentação do setor. Peláez (1972) também expõe os dados relativos

⁸ Ministro da Fazenda no governo de Campos Sales e um dos articuladores do *funding loan*, Joaquim Murinho era publicamente contrário à intervenção do governo no setor cafeeiro. Delfim Netto (2009, p. 45) afirma que “Murinho acreditava que a solução do problema deveria ser encontrada pelo próprio mercado, que se encarregaria de eliminar os produtores marginais”.

à renda do setor cafeeiro brasileiro, à renda interna bruta do Brasil e ao produto nacional líquido real dos Estados Unidos de 1928-39, concluindo que a primeira recuou mais violentamente do que a segunda, colocando em dúvida a hipótese de que houve recuperação e de que o cafeicultor teria sido a fonte das finanças industriais.

Segundo o autor, os dados anteriormente mencionados desmentem que o Brasil obteve rapidamente a recuperação total do seu nível de emprego e de que a renda melhorou sensivelmente na década de 1930. No entanto, Peláez (1972) concorda com Furtado acerca da afirmação de que o Brasil se recuperou da crise antes que os Estados Unidos, embora conteste o ano em que esse restabelecimento tenha se dado, asseverando que a recuperação nos Estados Unidos ocorreu em 1933 – e não em 1934 – e que os primeiros indícios de melhoria na economia brasileira situam-se em 1931, e não em 1933, conforme aduzido por Furtado.

De acordo com a análise furtadiana referente à industrialização, grande parte dos investimentos no Brasil era representada pelo consumo de cimento e aço, e importações de outros bens de capital, sustentando o autor cepalino que a economia brasileira não só criou incentivos internamente, com o objetivo de anular os efeitos externos e manter o crescimento, como também conseguiu produzir uma parte dos bens necessários à conservação e à expansão de sua capacidade produtiva.

Peláez (1972) alega que um procedimento melhor para verificar essa hipótese seria medir a formação de capital na década de 1930 pelo consumo de aço e cimento – indicadores razoáveis da construção urbana e industrial – e pelas importações de máquinas, as quais constituíram a única fonte de equipamento industrial até o início da produção interna, após a Segunda Guerra Mundial. Ao apresentar os dados do consumo aparente de cimento e laminados de aço, bem como de importações de bens de capital no Brasil de 1928-45, e chega à conclusão de que o impacto exercido pela Grande Depressão foi extremamente severo no consumo de aço e no de cimento, tendo sido desastroso sobre as importações de maquinaria. Conclui o autor nos seguintes termos: “considerando-se o fato de que praticamente não existia um setor industrial interno de produção de bens de capital, é inevitável concluir que a formação de capital no Brasil permaneceu estagnada no período de 1929 a 1945”.

O último ponto acerca do argumento da recuperação abordado por Peláez (1972) é o da política fiscal, o qual o autor classifica como o mais distante da realidade na “teoria dos choques adversos”. Peláez afirma que, durante os primeiros anos da Grande Depressão, as políticas monetária e fiscal brasileiras foram de austeridade e de equilíbrio orçamentário, ou seja, ortodoxas, o que ia de encontro ao proposto pela política keynesiana que Furtado alegou ter sido aplicada no Brasil. O analista recorre a dados sobre as receitas e despesas governamentais de 1929-39, para demonstrar que, ao contrário do afirmado por Furtado, a economia brasileira não se recuperou na década de 1930 na base dos déficits substanciais incorridos pelo governo do Brasil. Peláez (1972) assevera que apenas um déficit poderia ser considerado como política compensatória keynesiana e que foi ocasionado por um acidente histórico – o de 1932, devido à Revolução Constitucionalista –, que teve efeito estimulante nas atividades econômicas e impediu a implantação da política de equilíbrio orçamentário. O governo Vargas, em todos os outros anos críticos da Grande Depressão, segundo Peláez, seguiu uma deliberada política ortodoxa de equilíbrio orçamentário, em nada se aproximando das propostas de Keynes.

Peléez (1972, p. 111) inicia sua análise da recuperação da economia após 1930 afirmando que “o argumento de transferência da tese de Furtado contém subargumentos referentes a mercado e capital”. A hipótese de que a manutenção da renda do setor cafeeiro também sustentou o mercado de manufaturados concorrentes com as importações foi rejeitada anteriormente, pois restou comprovado, para Peláez, que esse mercado não se manteve em níveis elevados, tendo ocorrido um declínio da renda real *per capita* na época. No entanto, Peláez (1972) aceita a hipótese de que os recursos líquidos do programa de sustentação cafeeira tenham sido aplicados na indústria nacional, a qual o autor se propõe a provar que é igualmente incorreta.

O analista apresenta as políticas de policultura do Estado de São Paulo afirmando que, por muito tempo, a diversificação agrícola foi inexistente, diante da alta rentabilidade do café. Contudo, conforme o rendimento dos cafezais foi diminuindo, os cafeicultores viram-se obrigados a recorrer a outras culturas, a fim de compensarem as suas perdas. Essa situação, porém, perdurava apenas até que os cafezais retomassem sua produtividade normal, sendo as culturas secundárias abandonadas assim que isso ocorria. Após 1929, o cenário mudou, e o aumento da

rentabilidade de uma série de produtos agrícolas veio a estimular a expansão da produção. Depois de 1934, houve uma alteração radical na estrutura da produção agrícola de São Paulo, quando os lucros da produção de algodão para exportação provocaram um dos maiores surtos da história econômica brasileira. Peláez (1972) afirma que foi para a produção do algodão que se desviaram os recursos reais do café e o capital nacional durante a segunda metade dos anos 1930

Até 1933, o Brasil não havia exportado grandes quantidades de algodão; este ano, entretanto, foi decisivo, pois tanto a produção quanto a qualidade do algodão paulista melhoraram sensivelmente em decorrência do comportamento dos preços de exportação relativos do algodão e do café brasileiros. Peláez (1972) observa que, durante a década de 1930, o Brasil reproduziu, em poucos anos e numa escala menor, o que a Colômbia havia feito no caso do café – produção de melhor qualidade e em lavouras menores. O autor afirma que os cotonicultores eram exatamente os mesmos indivíduos que se dedicaram à cultura do café, contestando o argumento estruturalista de que havia uma ausência de motivação empreendedora.

Peláez (1972) apresenta os dados da indústria têxtil no Brasil de 1920-39, constatando que, no período inicial de expansão, a produção interna beneficiou-se parcialmente da substituição de importações, com um leve aumento no consumo. O autor também verifica que a produção interna se expandiu no decorrer da década de 1930, reagindo de maneira moderada à estagnação do fim dos anos 1920. As importações praticamente deixaram de existir, e seguiram representando uma proporção insignificante do consumo global.

A argumentação de Peláez acerca da recuperação da indústria têxtil brasileira na década de 1930 pode ser dividida em três fatores: a) as políticas governamentais de incentivo à indústria; b) o programa de sustentação do café, que manteve os níveis de emprego nos cafezais, cujos trabalhadores eram os principais consumidores de produtos têxteis, preservando o mercado de tecidos de algodão a níveis mínimos; e c) “outra atividade econômica, que passou a ofertar crescentes oportunidades de emprego aos trabalhadores agrícolas desempregados paulistas” (PELÁEZ, 1972, p. 127). O autor assevera que a mão de obra das fazendas de algodão constituiu um novo mercado para os tecidos menos finos de algodão e sustenta que esses três fatores combinados explicam a recuperação da produção

têxtil brasileira nos anos 1930. Desse modo, alega que a tese de Furtado atribuiu erradamente o crescimento da indústria têxtil à redução das importações, sustentando que a indústria manufatureira e o plantio de algodão se mantiveram estreitamente vinculados.

Segundo a tese de Furtado, a industrialização foi decorrente da transferência dos recursos líquidos e reais do setor de exportação cafeeiro para as atividades industriais, o que pressupõe a mobilidade de recursos entre a agricultura e a indústria. Peláez (1972, p. 128) atesta ser “muito mais expressivo considerar um modelo em que os recursos da produção de café sejam rígidos para a transferência às atividades industriais, porém flexíveis para sua transferência à agricultura de exportação”. Analisando diversos dados, o autor observa que, embora não seja possível determinar a magnitude exata da transferência de recursos, é legítimo concluir que houve uma transferência de recursos reais, como terra, mão de obra e capital, do cultivo do café para o do algodão. Quanto à transferência líquida de investimentos do setor cafeeiro para outras atividades econômicas, o autor ressalta ser altamente duvidoso supor que sobrassem recursos líquidos para a indústria após a transferência para a produção de algodão e outros empreendimentos agrícolas em São Paulo.

O último ponto abordado por Peláez acerca do argumento da transferência refere-se às indústrias básicas – aço e cimento – e a fatores externos. Tanto a indústria de aço como a de cimento apresentavam grande concentração, o que, para o autor, permitia uma análise simples da possibilidade de transferências diretas de capital originárias do setor de exportação (PELÁEZ, 1968). Com base nos dados do Censo de 1939, Peláez constatou que três produtores detinham mais de 96% da produção de aço em lingotes: a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira (CSBM), a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas (CBUM) e a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM). A CSBM estabeleceu-se em 1921 e foi a primeira produtora de aço no Brasil; em 1939, contribuía com mais de 50% da produção nacional e seu capital original era de grupos estrangeiros, não relacionados com a produção de café. A origem do capital da CBUM, propriedade da Hime & Cia., não é conhecida; a companhia, contudo, foi fundada nos anos 1920, e não na década seguinte. A CBMM também foi estabelecida na década de 1920, não tendo expandido sua capacidade nos anos 1930. Peláez (1970) conclui, portanto, que grande parte do

capital e da capacidade empresarial da “pequena indústria de aço” era estrangeira, sem qualquer relação com o café. Ademais, o período inicial de criação dessa indústria ocorreu na década de 1920, e não na de 1930, tendo sido condicionado por fatores políticos, quais sejam, a corrida às concessões de minério de ferro e aos incentivos do governo brasileiro.

Assim como no caso do ferro e do aço, a primeira fábrica de cimento no Brasil constituiu-se com ajuda de capital e empresariado estrangeiro. Em 1924, iniciou-se a construção da Companhia Brasileira de Cimento Portland em Perus, no Estado de São Paulo, com 70% do seu capital canadense. Posteriormente, estabeleceu-se a Companhia Nacional de Cimento Portland, subsidiária da Lone Star Cement, uma das maiores produtoras americanas e que possuía outras subsidiárias na América Latina. O produtor nacional mais importante era a tradicional Sociedade Anônima Fábrica Votorantim, que iniciou suas atividades no setor têxtil e, em 1936, começou a produzir cimento em uma moderna fábrica em São Paulo (PELÁEZ, 1972).

Segundo o argumento de Furtado, a indústria de cimento foi estabelecida nos anos 1930 como resultado da transferência direta de capital do setor cafeeiro; Peláez (1972) sustenta, no entanto, que essa indústria se estabeleceu nos anos 1920, e não na década de 1930. Ademais, quase metade do capital e uma parte considerável dos técnicos e empresariado provieram de empresas americanas e canadenses. A produtora nacional que se destaca à época, S. A. Indústrias Votorantim, não tinha relação com o café. Peláez alega que a segunda parte do argumento da transferência, em relação ao cimento, postula uma transferência indireta da renda do setor exportador para a produção do cimento através de preços relativos mais altos deste. Baseado em um estudo realizado por um grupo de engenheiros em 1947, 95% da produção brasileira de cimento naquele ano foi utilizada na construção urbana; dessa forma, consoante o autor, supondo que o padrão de consumo tenha sido similar durante a década de 1930, qualquer redistribuição de renda em favor do cimento, devido a preços mais altos, realizou-se primeiramente entre os consumidores urbanos e os produtores, e não entre o setor de exportação e os produtores de cimento, como defendido por Celso Furtado (PELÁEZ, 1972).

Diante dos argumentos apresentados, reconhece-se que Carlos Peláez trouxe evidências de crescimento da indústria nas três primeiras décadas do século XX, o

que lhe permitiu sustentar que havia complementaridade, e não contradição, entre indústria e agroexportação. Enquanto sua pesquisa sobre o período anterior à Grande Depressão torna de difícil contestação o aparecimento de fábricas num período de auge da economia cafeeira, o mesmo não pode ser dito acerca de suas análises para o período posterior a 1930. Peláez sustentou que a política do governo praticada nesse período não foi tão keynesiana como defendido por Furtado, uma vez que, para o primeiro autor, o governo financiou seus gastos não apenas com expansão monetária, mas com novos impostos. Ademais, sua tentativa de diminuir a magnitude do crescimento industrial na década de 1930 tampouco é convincente diante dos dados apresentados por Villela e Suzigan (1973).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a interpretação clássica da industrialização brasileira, elaborada por Furtado (2007) em *Formação Econômica do Brasil*, a Grande Depressão representou um ponto de inflexão na economia brasileira, pois a política de defesa do café combinada com a crise do modelo agroexportador fez com que o centro dinâmico da economia fosse deslocado para o mercado interno. Para o autor, o processo de substituição de importações observado a partir de 1930 marcou o início da industrialização no Brasil. Embora reconheça a existência de um setor manufatureiro anterior a esse período, Furtado o minimiza ao não oferecer detalhes a este respeito.

Peláez (1972), por sua vez, criticou a teoria dos choques adversos refutando os argumentos da recuperação e da transferência presentes na tese do autor cepalino. Segundo Peláez, a sustentação do café foi financiada por novos tributos, e não pela política keynesiana defendida por Furtado. O autor também contestou o fato de que os recursos tenham sido transferidos do café para a indústria nacional. Embora o cerne da tese de Peláez tenha sido posteriormente refutado por diversos autores, a quantidade significativa de dados sobre a indústria brasileira antes de 1930 reunidos por Peláez tornam sua obra valiosa para o estudo desse período.

Nos anos 1970, o embate entre teoria dos choques adversos *versus* industrialização induzida pelas exportações ganhou desdobramentos a partir das mediações feitas por diversos autores. Dean (1971) deu uma importante colaboração à discussão ao investigar as origens do empresário industrial nacional,

bem como ao analisar o impacto da Primeira Guerra Mundial no processo de industrialização do Brasil. Villela e Suzigan (1973), por sua vez, examinaram os efeitos da política cambial sobre a produção industrial e sobre a formação de capital na indústria brasileira, inclinando-se favoravelmente à teoria da industrialização induzida pelas exportações. Versiani e Versiani (1978) estudaram o impacto da política tarifária na indústria do Brasil antes de 1930 e a alternância entre ciclos de aumento da produção e da capacidade produtiva. As abordagens marxistas de Silva (1976) e Mello (1982) procuraram entender o crescimento industrial como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, numa tentativa de superar o impasse entre as interpretações originais sobre o início da industrialização no país. Silva (1976) aponta a relação de complementaridade e de contradição entre café e indústria; Mello (1982), por seu turno, interpreta o crescimento industrial como um resultado do processo de acumulação de capital no setor agroexportador, o qual dependia da procura externa.

Dada a multiplicidade de interpretações sobre as origens da industrialização brasileira, o presente trabalho buscou sistematizar os principais aspectos deste assunto caro à historiografia nacional. Embora a discussão sobre o processo de industrialização no Brasil tenha restado adormecida nos últimos anos, ela é fundamental não apenas para a compreensão histórica da realidade brasileira, mas principalmente para fazer avançar o debate historiográfico subjacente a essa controvérsia.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. Grandes crises e estágios da economia brasileira: uma revisão da literatura para uma proposta de periodização. In: FARIA, Luis Augusto Estrella et al. (Org.). **Desvendando a espuma**: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro. Porto Alegre: FEE, 1989.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: DIFEL/EDUSP, 1971.

DELFIN NETTO, Antonio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, Flavio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. **Formação econômica do Brasil**: a experiência da industrialização. Saraiva: São Paulo, 1972.

FONSECA, Pedro Cezar D. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 133-148, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar D. A política e seu lugar no estruturalismo: Celso Furtado e o impacto da Grande Depressão no Brasil. **Economia**, Brasília, v. 10, n. 4, p. 867-885, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PELÁEZ, Carlos Manuel. A balança comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, n. 22, p. 15-47, 1968.

PELÁEZ, Carlos Manuel. **História da industrialização brasileira**: crítica à teoria estruturalista no Brasil. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 20-39, set./dez. 1989.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Celso Furtado e o Início da Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 2, p. 03-14, abr./jun. 2002.

VERSIANI, Flávio Rabelo. História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil, de Carlos Manuel Peláez. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 181-188, fev. 1974.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa Ribeiro de Oliveira. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. **Formação econômica do Brasil**: a experiência da industrialização. Saraiva: São Paulo, 1978.

VILLELA, Anníbal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.